

A adesão do Brasil à OCDE em uma realidade multipolar

Leonardo Paz Neves

Resumo

O debate no entorno da adesão ou não do Brasil à OCDE denota que ainda não há consenso em relação ao movimento. Não obstante, os esforços dos últimos dois governos colocaram o país na rota para a adesão. Nesse sentido, o mais importante nesse momento seria mudar o foco do debate entre aderir ou não à organização para como internalizar o máximo possível os benefícios de fazer parte da OCDE. O presente texto busca fazer um breve apanhado das duas posições em questão e tentar sinalizar algumas perspectivas para uma base mínima de consenso acerca da adesão do Brasil à OCDE.

Abstract

The debate surrounding whether or not Brazil should join the OECD shows that there is still no consensus in relation to the movement. Nevertheless, the efforts of the last two governments have put the country on the road to accession. In this sense, the most important thing at this moment would be to change the focus of the debate from whether or not to join the organization to how to internalize as much as possible the benefits of being part of the OECD. This paper seeks to make a brief overview of the two positions in question and try to signal some prospects for a minimum basis of consensus on the accession of Brazil to the OECD.

Introdução

Dando sequência ao pedido formal de adesão feito em 2017 pelo Brasil, o Conselho da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) abriu o processo de adesão ao país em 2018 e formalizou seu aceite em 2022 por meio de uma carta-convide seguida do *Ascension Roadmap*¹ (AR), documento que determina os termos, as condições e o processo pelo qual o Brasil deverá passar para ingressar na organização. O objetivo do processo estruturado no AR é o de garantir a condução da convergência do país aos padrões e instrumentos da organização. A OCDE, enquanto uma organização intergovernamental focada em pesquisa e formulação de melhores práticas em políticas públicas, demanda de seus membros um amplo compartilhamento, não apenas de seus valores e visões, mas também uma harmonização com seus instrumentos que determinam padrões em matéria de política pública, que devem ser comuns a todos membros.

A aproximação do Brasil com a OCDE data da década de 1990 e surge de maneira mútua. Por um lado, o governo brasileiro, liderado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, identificava que fazer parte da organização funcionaria com uma certificação para o país, indicando a presença de políticas “amigáveis ao mercado”. Interessante mencionar que a década de 1990 foi um período em que pudemos testemunhar uma forte expansão, não apenas do comércio internacional, mas também de mecanismos e acordos de facilitação de comércio. Nesse sentido, o país buscava ficar alinhado com a tendência dominante da economia internacional.

Pelo outro lado, a OCDE também inicia um processo de maior abertura do seu quadro de membros, começando, paulatinamente, a reorientar algumas de suas prioridades. Esse processo começa com

1 ROADMAP FOR THE OECD ACCESSION PROCESS OF BRAZIL. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Roadmap-OECD-Accession-Process-brazil-EN.pdf>

a adesão de México e Coreia do Sul e segue ao incluir outros países em desenvolvimento como Chile, Costa Rica e Colômbia, na América Latina, e Polônia, Eslováquia, República Tcheca, Hungria, Eslovênia, Estônia, Lituânia e Letônia no Leste Europeu, além de Israel. Esse processo de alargamento da organização visava a maior representação de economias do mundo em desenvolvimento, em especial em um contexto da emergência do Sul Global e de fortalecimento dessas economias emergentes dentro da arquitetura da governança global (Cozendey, 2019 e Mello, 2020). É nesse contexto que a OCDE, pelo seu lado, também inicia um processo de engajamento com o Brasil. Isso se deu primeiro pela criação de um programa específico para o Brasil em 1999, que objetivamente deu ao país uma ampla participação nas reuniões ministeriais da organização. Esse movimento alcançou novos níveis em 2007, quando a organização lança o seu programa *Enhanced Enlargement*, que na prática foi utilizado para se aproximar ainda mais de algumas das principais economias do Sul Global, entre elas: Brasil, Índia, África do Sul, China e Indonésia. Finalmente, em 2015, o Brasil e a OCDE lançam um abrangente acordo de cooperação que acabou por fazer do Brasil o país não membro mais alinhado com os instrumentos da organização.

Contexto político: mesma direção, objetivos distintos

Conforme anteriormente mencionado, os primeiros contatos institucionais entre o Brasil e a OCDE se dão na década de 1990. Com objetivo de abrir mais o país para o mercado internacional e a captação de investimentos, o governo de Fernando Henrique Cardoso encontra na adesão à OCDE uma maneira de melhor credenciar o país ao *status* de “*market friendly*” e integrar de forma mais decisiva o Brasil na economia internacional. A ideia de que a conformidade do país com as práticas defendidas pela OCDE ajudariam o Brasil, em especial no que tange ao seu comércio exterior, pode ser atestada pelo movimento do ex-presidente na melhoria da classificação do Brasil nas agências oficiais

da OCDE.² O movimento parece ter sido influenciado pela adesão do México – primeiro país latino-americano e em desenvolvimento a ser aceito como membro pleno da organização.

Nesse sentido, os primeiros movimentos de aproximação são com a integração do Brasil ao Centro de Desenvolvimento da OCDE, com a participação no Comitê do Aço da organização e, em seguida, com a gradativa adesão a outros comitês e também ao se tornar signatário de convenções e recomendações como a Convenção Anti-Suborno.

A mudança de governo no Brasil significou uma interessante alteração na postura do país em relação à OCDE. Por um lado, o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva se mostrou entusiasta de uma aproximação do país com a OCDE. Essa postura pode ser atestada pela criação do *National Contact Point*, um grupo de trabalho interministerial criado pelo governo vigente para intensificar as relações com a organização e coordenar a implementação de um número de diretrizes da OCDE no país (Thorstensen e Gullo, 2018). Outro ponto alto da interação nesse período foi a integração do Brasil ao programa *Enhanced Enlargement* em 2007, quando o país é considerado um “parceiro-chave” da organização. Essa postura ganharia continuidade durante o governo de Dilma Rousseff com a assinatura de um abrangente acordo de cooperação entre o Brasil e a OCDE.

No entanto, se do ponto de vista objetivo ambos os governos de Lula da Silva e Rousseff foram tão assertivos quanto o governo de Cardoso ao se aproximar da OCDE, pelo lado de interesses subjacentes, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram mais reticentes em usar tal aproximação na direção de uma eventual adesão. Essa reticência dos governos petistas parece ter raiz ideológica, afinal, sendo um partido posicionado à esquerda no espectro ideológico, o PT era adepto a uma narrativa que considerava a OCDE um “clube de países ricos”. Assim, a organização foi frequentemente alvo de críticas em relação a sua defe-

2 “FHC pede ajuda à Itália em alterações na OCDE”. Diário do Grande ABC. 12/05/2000.

sa de políticas liberais, entendidas como não sensíveis às demandas do mundo em desenvolvimento, e de sua influência nas posições dos países desenvolvidos nas negociações multilaterais.

Desse modo, a estratégia parecia ser de se aproximar da OCDE no limite da formalização de um pedido de adesão. Essa postura, mais uma vez, pode ser atestada na fala de Mauro Vieira, chanceler de Rouseff, durante o processo de assinatura do acordo de cooperação, quando argumenta que o acordo não representa “uma adesão automática com data marcada”.³Essa postura ambígua é substituída por uma posição assertiva pela adesão durante os governos de Michel Temer e, posteriormente, Jair Bolsonaro. Temer, vice-presidente de Rouseff, ao assumir o governo teve como plataforma política uma agressiva inserção do país na economia internacional. Apesar de ficar um pouco mais de dois anos à frente do governo, Temer buscou reativar as negociações do Mercosul com a União Europeia e formalizou o processo de adesão à OCDE. Jair Bolsonaro, eleito em 2018 com uma plataforma liberal no que tange à política econômica, dá sequência aos movimentos iniciados por Temer, avançando no processo de aceite do Brasil e no início da negociação de implementação do AR.

O governo de Temer (e conseqüentemente de Bolsonaro) representaria uma ruptura ideológica em relação aos governos liderados por Lula da Silva e Rouseff e, ao adotar uma postura mais liberal, aproveitou a grande proximidade do Brasil com a OCDE para formalizar a adesão. No momento do pedido de adesão em 2017, o Brasil já era o país não membro com maior proximidade da OCDE do ponto de vista de adoção de suas diretrizes e recomendações e na participação em seus comitês. Entre os atuais países que pleiteiam adesão (Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia), o Brasil definitivamente é o que tem maior conformidade com os instrumentos requeridos.

3 “Por que esperada entrada do Brasil na OCDE ainda não vingou”, BBC Brasil, 07/10/2021.

Debate em torno da adesão: há um caminho do meio?

A disputa dentro do contexto político ajuda a ilustrar o debate presente no país sobre a adesão ou não à organização. Esse debate tem apresentado, de forma geral, argumentos apoiados por duas posições antagônicas.

De um lado, temos um grupo que se mostra mais entusiasta na possibilidade da adesão do Brasil à OCDE. Entre os principais argumentos desse grupo, destacamos: i. a possibilidade de fazer parte de um foro de excelência em políticas públicas; ii. a percepção de que fazer parte da OCDE (e adotar suas recomendações) funcionaria como um “selo de qualidade” em termos de políticas domésticas; iii. que, em virtude desse “selo de qualidade”, se criaria um ambiente mais propício para negócios, atraindo assim mais investimento externo; iv. o país se tornaria mais resiliente à corrupção e mais robusto na sua gestão pública; v. por consequência, veríamos um incremento na produtividade de sua economia; e, por fim, vi. o Brasil teria maior capacidade de influência no desenvolvimento das recomendações da OCDE, tornando-as mais sensíveis às demandas dos países em desenvolvimento.

O conjunto de argumentos que suportam a narrativa da adesão do Brasil à OCDE parte da ideia de que a organização é um foro qualificado de debates e repositório de dados em políticas públicas. Há décadas os países membros vêm compartilhando informações sobre suas políticas, se submetendo a avaliações entre pares e desenvolvendo recomendações que passam a ser entendidas como boas práticas. Seu trabalho é reconhecido internacionalmente, especialmente nos países desenvolvidos, e, por tal, tem conseguido se converter em um importante ator na definição e encaminhamento da agenda da governança global.

Nesse sentido, fazer parte da OCDE significaria uma forçosa incorporação dos instrumentos (tidos como boas práticas) e recomendações da OCDE no país. Incorporar tais práticas não apenas resultaria em um benefício em si, como ainda funcionaria como uma sinalização positiva para atores externos de que o Brasil possui políticas modernas, facilita-

doras de negócios e provedoras de desenvolvimento. Essa sinalização, por consequência, resultaria em um grande número de impactos positivos, em especial os de natureza econômica, como redução de custos de captação de recursos, atração de investimentos e negócios, entre outros.

Do outro lado, há aqueles que veem com receio a entrada do Brasil na OCDE. Entre as principais críticas podemos elencar: i. a perda de liberdade de implementar políticas, afinal espera-se dos países membros a conformidade com (a maior parte dos) padrões e recomendações da organização; ii. conformidade essa que, em muitos casos, não estariam (supostamente) alinhadas aos interesses do Brasil, dado que a OCDE é uma organização formada majoritariamente por países desenvolvidos, e assim poucas de suas recomendações seriam sensíveis às demandas específicas dos países em desenvolvimento; iii. a adesão à OCDE seria incoerente com as posições do Brasil nas últimas décadas, em especial no debate político-econômico internacional – no qual o Brasil foi um ator vocal e crítico às posições dos países desenvolvidos, se aliando inclusive a posições articuladas por grupos como o G77 nas negociações multilaterais; iv. essa mudança de posição fragilizaria o posicionamento diplomático do Brasil ante aos seus tradicionais aliados do mundo em desenvolvimento; e v. essas contradições ganhariam contornos mais nítidos no que tange à agenda de cooperação internacional, tendo o Brasil sido um importante crítico das recomendações das políticas de ajuda para o desenvolvimento (*aid*) elaboradas no âmbito do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (DAC) da OCDE e sendo um importante ator nos debates sobre a cooperação sul-sul.

O contexto das críticas à adesão do Brasil à OCDE se concentra no entorno de dois grandes argumentos. O primeiro é relacionado com a lógica intrínseca das recomendações desenvolvidas pela OCDE: se por um lado ela se baliza por valores compartilhados pelo Brasil, como fomento à democracia, transparência, boa governança e economia de mercado, pelo outro, críticos argumentarão que essas recomendações são estruturadas em sua maioria a partir das perspectivas dos países desenvolvidos (que são a ampla maioria dos membros). Dessa forma, a

implementação dessas recomendações não seria do interesse do Brasil (dado suas diferentes prioridades) ou requereria um esforço maior do país, podendo gerar constrangimentos para o país.

O outro grande argumento está relacionado com a mudança de posição do Brasil no que tange ao seu, já mencionado, posicionamento diplomático, em especial sobre negociações multilaterais. A adesão à OCDE, para esses críticos, enfraqueceria o protagonismo alcançado pelo país nas últimas décadas como um dos porta-vozes do Sul Global. Aqui uma alternativa à adesão seria fortalecer outras alianças, como os BRICS, e através delas buscar uma agenda de reformas que tivesse maior consonância com outros países em desenvolvimento (Braga, 2021).

Em paralelo ao debate entre argumentos pró e contra a adesão do Brasil à OCDE, também vale a pena observar estudos que buscam desenvolver argumentos contra-factuais ou análises em perspectiva comparada para se tentar avaliar os benefícios de uma eventual entrada do Brasil.

Estudos como esses buscam considerar as condições pré e pós adesão de um conjunto de países para analisar, a partir de um conjunto de indicadores, o efeito que a entrada desses países na OCDE teve no desempenho desses indicadores. A título de ilustração, destaco três desses estudos. Baumann (2021), por exemplo, seleciona oito países já membros da OCDE com renda *per capita* mais próximas ao do Brasil e os analisa dentro do período de dez anos (cobrindo os cinco anteriores e posteriores à adesão). Sua análise abrange indicadores como: política comercial externa, taxa de câmbio, investimento direto externo, formação bruta de capital e consumo interno. A análise de Baumann indica que os países que ingressaram na OCDE de fato passaram por um processo de abertura de suas economias ao comércio exterior, atraíram mais investimentos e tiveram aumento na formação bruta de capital, denotando um saldo positivo na adesão.

Um segundo estudo que adota metodologia semelhante chega a conclusões menos positivas. Neves (2021a), também usando um horizonte de dez anos (cobrindo os cinco anteriores e posteriores à adesão), compara o Brasil com Chile e México, os dois países latino-americanos mais antigos na OCDE. Para tal, Neves seleciona seis indicadores que ge-

ralmente são citados tanto nas narrativas otimistas quanto nas pessimistas à adesão: taxa de crescimento do PIB, investimento direto externo, dívida pública, renda *per capita*, investimento público e coeficiente de Gini.

Neves de fato identifica que México e Chile tiveram melhoras marginais nos seus indicadores, entretanto esse também foi o caso do Brasil, indicando (no caso da maior parte dos indicadores) uma dificuldade de isolar o impacto da adesão à OCDE de outros eventos exógenos (como a criação do NAFTA, no caso do México, ou o super ciclo das *commodities*, no caso do Chile e Brasil).

Reis e Soares (2021), seguindo na mesma linha, conduzem um estudo que compara a trajetória de dez países que ingressaram na OCDE desde 1990, portanto membros não fundadores. A ideia, mais uma vez, é tentar avaliar se a entrada na instituição de fato gerou impactos positivos para novos membros. Os indicadores analisados por Reis e Soares foram: atração de investimento direto externo, incremento de comércio externo e governança. O resultado do estudo aponta que de fato é possível observar que os países que ingressaram na OCDE tiveram melhor desempenho em atração de investimentos (em maior grau) e aumento de comércio externo (em menor grau) do que países de semelhante porte não membros.

No entanto, é interessante notar que estudos empíricos como Reis e Soares (2021) e Neves (2021a) convergem em identificar que sim, é possível detectar impactos positivos (especialmente em indicadores econômicos) nos países que aderem à OCDE, apesar de que, aparentemente, tais impactos são apenas marginais. Impactos mais significativos em todas as áreas pesquisadas apenas seriam atingidos a partir do desenvolvimento e compromisso na implementação de políticas mais efetivas por parte do Brasil.

Essa ideia está ancorada em um aspecto corrente da narrativa crítica da adesão à OCDE. Esse ponto responde a um dos argumentos mais frequentes na narrativa positiva à adesão do Brasil, que é o aumento de confiança dos agentes externos e por consequência aumento de investimento direto estrangeiro. Respondendo a isso, a narrativa crítica

argumenta que o Brasil já é um dos principais destinos de investimento estrangeiro direto (IED) do mundo, sendo durante quase toda a década dos anos 2010 um dos principais destinos de IED. Nesse sentido, o problema do Brasil seria exatamente a falta de um “selo de qualidade”, mas sim a necessidade de políticas concretas que buscassem mitigar o famoso “custo Brasil” por meio de maiores investimentos em infraestrutura, melhoria da segurança jurídica, harmonização de normas e impostos estaduais, qualificação da mão de obra etc.

Comentários finais

O debate no entorno da adesão ou não do Brasil à OCDE denota, em certa medida, que ainda não há consenso em relação ao movimento, ainda que seja possível identificar um conjunto mais expressivo de vozes em favor da adesão. Entretanto, independente do consenso ou não, as ações dos últimos dois governos, Temer e Bolsonaro, colocam o país na rota da adesão, na medida em que já estamos na etapa do processo do *Ascension Roadmap*.

Nesse sentido, o mais importante nesse momento seria mudar o foco do debate entre aderir ou não à organização para como internalizar o máximo possível os benefícios de fazer parte da OCDE.

Um ponto que deve ser levado em consideração de partida é que ingressar na organização nesse momento não é o mesmo que fazê-lo na década de 1990, quando se aventou a ideia pela primeira vez, como aponta Cozendey (2019) e Braga (2021). Na ocasião, a OCDE tinha um perfil mais próximo de “clube dos ricos” do que hoje. Isso pode ser verificado tanto pelas exigências feitas ao México para aceitar a sua adesão (como deixar o G77), quanto pela natureza dos seus instrumentos e boas práticas (como visto nas recomendações relacionadas à ajuda para o desenvolvimento). Desde então, a OCDE vem passando por um processo de transição que tem flexibilizado suas posições. Elementos que ajudam a comprovar essa transformação podem ser identificados na inclusão de novos membros do mundo em desenvolvimento, nas exigên-

cias feitas aos novos entrantes (ao Chile, por exemplo, não foi exigido abandonar o G77) e na própria formulação de suas recomendações (no campo de ajuda para o desenvolvimento é possível identificar mudanças sensíveis, como aponta Neves (2021b)).

Não obstante, ingressar na OCDE de fato significará a aceitação de uma agenda de políticas públicas mais liberais, o que implicará em uma maior limitação do poder público enquanto um ator indutor de desenvolvimento. Do ponto de vista diplomático, também resultará em uma readequação de seu posicionamento em negociações multilaterais, o que exigirá mais da política externa, se mantido o objetivo de estabelecer o país na figura de um ator intermediário entre países desenvolvidos e o Sul Global.

Existem benefícios evidentes na adesão à organização, mas o país deverá avaliar com cautela e prudência as condicionalidades que deseja ceder. Os instrumentos defendidos pela OCDE não têm caráter mandatório, mas recomendatório. Isso quer dizer que o Brasil terá alguma margem de manobra na decisão pela incorporação desses instrumentos (ainda que haja custos políticos e de reputação nas eventuais não aderências a suas recomendações).

Para isso, é necessário que o Brasil adote uma postura diligente na sua participação das atividades da organização. Conforme aponta Thorstensen e Mota (2021), na OCDE há um conjunto numeroso e complexo de instrumentos legais que são usados para aferir o desempenho dos países, de forma a permitir não apenas comparação entre eles, mas também a sua evolução no tempo. Em seu estudo, as autoras chamam a atenção para a necessidade de o Brasil trabalhar na compreensão dessas métricas e instrumentos, uma vez que é através deles que são aferidas a conformidade e o desempenho dos países. O argumento das autoras ganha maior destaque se considerado que é justamente no debate sobre a formulação de indicadores e métricas da instituição que o Brasil pode oferecer grande contribuição, na medida em que se espera que o desenho dessas métricas esteja de acordo com demandas dos países em desenvolvimento e não apenas contemplando temas caros aos países desenvolvidos.

A adesão à OCDE não pode ser vista com uma “bala de prata” para a solucionar todos os problemas. Isso quer dizer que os eventuais benefícios de se tornar membro da OCDE não são automáticos. Como Neves (2021a) indica, “o Brasil, mesmo sem entrar na OCDE, teve a oportunidade de desempenhar muito bem ao longo dos anos 2010, mas seu crescimento teve pouca resiliência, o que sugere uma urgente necessidade de reformas no país”. Assim, reformas domésticas que vão para além das recomendações da OCDE são fundamentais para o desenvolvimento do país.

Ao mesmo tempo, o ingresso do Brasil na OCDE pode também significar ganhos para o debate multilateral, na medida em que o Brasil terá maior capacidade de influência nas formulações e decisões da organização. Isso implica na possibilidade de o país trazer para a mesa temas de mais sensibilidade para os países em desenvolvimento. Sendo a OCDE um influente *locus* de formulação de políticas públicas, a contribuição brasileira poderá inclusive ter impactos na agenda multilateral.

Bibliografia

ABREU, S. L. F.; SEYFFARTH, A. S. OCDE: o ponto de inflexão necessário na política externa brasileira. *In: DESIDERÁ NETO, W. A. et al. (Org.). Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008.* Brasília: Ipea; Funag, 2018.

BAUMANN, R. O que esperar da membresia na OCDE, IPEA, **Revista Tempo do Mundo**, No. 25, Brasília, 2021.

BRAGA, C. A. P. A adesão à OCDE: “Muito Barulho por Nada?”, IPEA, **Revista Tempo do Mundo**, No. 25, Brasília, 2021.

COZENDEY, C. M. O pedido de acesso do Brasil à OCDE: onde estamos. **Cadernos de Política Exterior**, v. 5, n. 8, p. 49-76, 2019.

DAVIS, C. **More than just a rich country club: membership conditionality and institutional reform in the OECD.** Princeton: Princeton University, 2016. (Working Paper).

DELGADO, M. México a 26 años de membresia a la OCDE y los retos ante la pandemia del Covid-19. **Portal El Financiero**, 18 mayo 2020. Disponível em: encurtador.com.br/syQU5. Acesso em: 3 set. 2022.

FERNANDES, J. A. C. O Brasil e a OCDE: uma visão sobre o sistema de acesso e o papel da participação empresarial. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 31, n. 132, p. 20-25, 2017.

GODINHO, R. O. **A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional**: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a organização. Brasília: Funag, 2018.

GONZÁLEZ, A.; REBOLLEDO, A. *et al.* Do Latin American members benefit from the OECD? **Latin America Advisor**, 5 April 2019.

MELLO, F. de C. The OECD enlargement in Latin America and the Brazilian candidacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, 2020.

NEVES, L. P. A experiência latino-americana na OCDE: referências para o Brasil, IPEA, **Revista Tempo do Mundo**, No. 25, Brasília, 2021a.

NEVES, L. P. **Assistência e cooperação internacional para o desenvolvimento**: uma análise dos modelos de Brasil e China. Curitiba: Ed. Appris, 2021b.

OCDE. **Roadmap for the OECD Accession Process of Brazil**. 2022.

REIS, José Guilherme; SOARES, André. Adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Exportações e Investimentos: uma análise exploratória, IPEA, **Revista Tempo do Mundo**, No. 25, Brasília, 2021.

RUIZ, G. R. OCDE a la vista: ¿es más lo bueno que lo malo de ingresar al “club”? **CRHoy.com**, 15 mayo 2020. Disponível em: encurtador.com.br/gkxR4. Acesso em: 24 ago. 2022.

SÁEZ, R. E. La OCDE y el ingreso de Chile. **Estudios Internacionales**, v. 166, p. 93-112, 2010.

THORSTENSEN, V.; GULLO, M. F. **Brasil na OCDE**: membro pleno ou mero espectador? São Paulo: FGV, 2018. (Texto para Discussão).

THORSTENSEN, V.; MOTA, C. R. O Brasil frente ao “Modelo De Sustentabilidade” da OCDE. IPEA, **Revista Tempo do Mundo**, No. 25, Brasília, 2021.

VALENCIA, M. Se agotó la doctrina. *Semana*, 27 oct. 2019. Disponível em: <https://www.semana.com/opinion/columnistas/articulo/se-agoto-la-doctrina-por-mario-valencia/278391/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Leonardo Paz Neves · Pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getulio Vargas (FGV NPII); professor titular do Departamento de Relações Internacionais do Ibmecc e doutor em política pública e desenvolvimento pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). E-mail: leonardo.neves@fgv.br.